

“ESSA QUESTÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA ESTÁ FICANDO OBSCENA”

(Do senador Esperidião Amin — PPB/SC)

União pode assumir dívidas mobiliárias

MEDIDA SOCORRERIA ESTADOS E MUNICÍPIOS, QUE DEVEM R\$ 38,5 BILHÕES EM TÍTULOS. SECRETÁRIO DO TESOUREIRO DIZ QUE GOVERNO ESTUDA O ASSUNTO

Fdu Gr

O secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, confirmou ontem que o governo federal poderá assumir a dívida mobiliária (em títulos) dos Estados e municípios, que somava R\$ 38,5 bilhões em maio — último dado divulgado pelo Banco Central. “Estamos começando a estudar o assunto”, disse Portugal.

O modelo de tratamento da dívida mobiliária é semelhante ao já feito para as dívidas em contrato: o Tesouro assume as dívidas e as parcela em longo prazo para os Estados. Os Estados com maior dívida mobiliária são São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

O crescimento da dívida mobiliária está provocando reações também no Senado, que tem a função de zelar pelos limites de endividamento do setor público. Foi formada uma subcomissão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para tratar do assunto. “Essa questão está ficando obscura”, disse o senador Esperidião Amin (PPB-SC).

Amin apontou com preocupação o fato de Pernambuco, que nunca teve dívida mobiliária, haver solicitado autorização do Senado para emitir R\$ 480 milhões em títulos. Ele reclamou também do pedido apresentado pelo governo de São Paulo, para emitir títulos no valor de R\$ 750 milhões para pagamento de decisões judiciais. “Desse total, R\$ 600 milhões são para pagar supostos precatórios, sobre questões que ainda não estão transitadas em julgado”, disse ele. Apesar do voto contrário dele e de seu colega de bancada Vilson Kleinubing (PFL-SC), o pedido de São Paulo foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Falta, agora, passar pelo plenário do Senado.

Ao contrário dos Estados mais pobres, que têm dívidas em contrato e as vêm pagando em pequenas parcelas, os Estados com dívida mobiliária conseguem, no Senado, “rolar” suas dívidas sem desembolsar um centavo. Por essa razão, técnicos do Ministério da Fazenda acham que enfrentarão dificuldades para convencer os Estados a adotarem uma solução para a dívida mobiliária.

Não é essa, porém, a opinião de Murilo Portugal. “Eles estão numa situação cômoda, mas o endividamento está se agravando”, avaliou ele. “A dívida piora a capacidade de pagamento e dificulta a captação de recursos no exterior; por isso, é vantajoso para os Estados equacionarem esse problema.”

Lu Aiko Otta/AE